



**PROCESSO Nº 378.00000120/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-005/2025**  
**Concessão do Sistema de Travessias**

**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-005/2025**

**ANEXO 20 – DIRETRIZES DE TRANSIÇÃO OPERACIONAL**

**CONCESSÃO PATROCINADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E  
REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA DE  
TRANSPORTE AQUAVIÁRIO DE VEÍCULOS E PASSAGEIROS DENOMINADO SISTEMA DE  
TRAVESSIAS.**

**SÃO PAULO - SP**

**PROCESSO Nº 378.00000120/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-005/2025**  
**Concessão do Sistema de Travessias**

**ÍNDICE**

1. GLOSSÁRIO	1
2. OBJETIVO	1
3. FASE DE TRANSIÇÃO	1
4. ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA	4
5. TRANSIÇÃO DA MANUTENÇÃO	7
5.1. AVCB's	7
5.2. Ações prioritárias	7
6. TREINAMENTOS	8
6.1. Treinamento técnico operacional	8
6.2. Treinamento técnico de manutenção	9
6.3. Treinamento em campo	9
6.4. Transferência/Monitoramento	10
6.5. Treinamento aplicado pela CONCESSIONÁRIA	10
6.6. Equipamentos	11
6.6.1. Equipamentos e infraestrutura de informática de gestão	11
7. PRERROGATIVAS DA CONCESSIONÁRIA A PARTIR DA ASSUNÇÃO DO SISTEMA	11
7.1. RELATÓRIO DE PASSIVOS AMBIENTAIS EXISTENTES	11
7.2. RELATÓRIO DE PASSIVOS OPERACIONAIS E ESTRUTURAIS EXISTENTES	13
7.3. PROCEDIMENTO PARA ANÁLISE E APROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE PASSIVOS EXISTENTES	16

**PROCESSO Nº 378.00000120/2024-87**

**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-005/2025**

**Concessão do Sistema de Travessias**

**7.4. EFEITOS DA APROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE PASSIVOS EXISTENTES 17**

**PROCESSO Nº 378.00000120/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-005/2025**  
**Concessão do Sistema de Travessias**

**1. GLOSSÁRIO**

**1.1.** Para os fins deste ANEXO, salvo disposição expressa em contrário, os termos, frases e expressões listados abaixo, quando utilizados neste ANEXO e redigidos em caixa alta, deverão ser compreendidos e interpretados de acordo com o significado determinado no ANEXO 17.

**2. OBJETIVO**

**2.1.** O objetivo do presente ANEXO é estabelecer o processo e as responsabilidades para durante a FASE DE TRANSIÇÃO e a ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, correspondente aos três primeiros meses da FASE DE OPERAÇÃO.

**2.2.** A transição operacional ocorrerá durante o período total de 6 (seis) meses, contados da data de assinatura do CONTRATO, observada a disciplina deste ANEXO.

**2.2.1.** Especificamente no que se refere ao SISTEMA DE TRAVESSIAS METROPOLITANAS, a transição terá início no dia 01/10/2026, observado o conteúdo previsto no CONTRATO

**3. FASE DE TRANSIÇÃO**

**3.1.** Com a assinatura do CONTRATO, terá início a FASE DE TRANSIÇÃO, observado o disposto no item 2.2.1 acima, período preparatório com duração de 3 (três) meses, no qual a CONCESSIONÁRIA capacita-se para a operação dos SERVIÇOS.

**3.2.** A FASE DE TRANSIÇÃO busca assegurar o início de uma transição eficaz das operações das TRAVESSIAS, tendo como objetivos gerais:

- i. Transferência sem interrupção das operações de acordo com um cronograma de implementação; e
- ii. Garantia das condições de segurança operacional.

**3.3.** A CONCESSIONÁRIA deverá indicar, em até 10 (dez) dias a contar da data de assinatura do CONTRATO o/a:

- i. responsável geral pela Gestão do CONTRATO,
- ii. responsável pelos assuntos de segurança e contra atos de interferência ilícita;
- e

**PROCESSO Nº 378.00000120/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-005/2025**  
**Concessão do Sistema de Travessias**

iii. responsável pela manutenção da frota de embarcações, com seus respectivos contatos.

**3.3.1.** Para o SISTEMA DE TRAVESSIAS METROPOLITANAS, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar as indicações dos itens 3.3(i), (ii) e (iii), em até 10 (dez) dias da data prevista no item 2.2.1.

**3.4.** Durante a FASE DE TRANSIÇÃO, a CONCESSIONÁRIA terá as seguintes obrigações:

i. Em até 10 (dez) dias contados do início da FASE DE TRANSIÇÃO:

- a. Instalar-se em local específico designado pela SEMIL, incluindo no CCO do Guarujá, para que tenha totais condições de acompanhar a gestão administrativa e procedimentos de operação e manutenção da SEMIL;
- b. Estar presente nos complexos de manutenção para acompanhar revisões e manutenções das embarcações e componentes associados;
- c. Para o SISTEMA DE TRAVESSIAS METROPOLITANAS, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar referida indicação em até 10 (dez) dias da data prevista no item 2.2.1.

ii. Em até 3 (três) meses:

- a. Propor e implementar em comum acordo com o ARTESP e o VERIFICADOR INDEPENDENTE, os sistemas de monitoramento da operação e manutenção, sendo a CONCESSIONÁRIA responsável pela capacitação dos seus colaboradores.
- b. Garantir, em conjunto com a ARTESP, que o VERIFICADOR INDEPENDENTE apresente o MANUAL DE MEDIÇÃO indicando os INDICADORES DE DESEMPENHO REFERENCIAIS em até 30 (trinta) dias da DATA DE ASSINATURA;
- c. Avaliar os contratos vigentes da SEMIL, cabendo a própria CONCESSIONÁRIA definir a estratégia de prestação desses serviços e eventual assunção desses contratos;

**PROCESSO Nº 378.00000120/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-005/2025**  
**Concessão do Sistema de Travessias**

- d. Transferir para sua responsabilidade as contas relacionadas ao consumo de energia, água/esgoto e telefone, atualmente perante as empresas fornecedoras, e, se for o caso, com a operadora de celulares.
- iii. Realizar a transição da manutenção, conforme item 5;
  - a. Providenciar equipamentos adequados e infraestrutura de Informática para a equipe administrativa e técnica da própria CONCESSIONÁRIA;
  - b. Apresentar Atestado de Brigada de Incêndio e substituir as Brigadas de Incêndios instituídas pela SEMIL;
- iv. Implementar novos sistemas de comunicação, caso sejam estruturados novos sítios eletrônicos e aplicativos, mantendo em operação os sistemas existentes, sem perda de informações aos USUÁRIOS, conforme item 2.10.10 do Anexo 3A;
- v. Implantar e manter em plena operação uma Ouvidoria e Canais de Relacionamento com os USUÁRIOS, na forma do item 2.2.8 do Anexo 3A;
  - a. Realizar os treinamentos referentes às práticas operacionais, de manutenção e de sistemas dentro dos prazos estabelecidos.
  - b. Substituição de Comunicação Visual – implantar a Identidade Visual da CONCESSIONÁRIA

**3.4.1.** Para o SISTEMA DE TRAVESSIAS METROPOLITANAS, a CONCESSIONÁRIA a CONCESSIONÁRIA deverá cumprir as obrigações previstas nos itens (c), (d), (e), (f), (g), (j) e (k), a partir do dia 01/01/2027.

**3.5.** A SEMIL e a EMAE terão as seguintes atribuições durante a FASE DE TRANSIÇÃO:

- i. Continuar realizando a operação e manutenção dos SERVIÇOS de forma ininterrupta, honrando todos os custos e despesas operacionais e auferindo as receitas tarifárias e acessórias, a fim de manter o nível de serviço prestado;

**PROCESSO Nº 378.00000120/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-005/2025**  
**Concessão do Sistema de Travessias**

- ii. Destinar local específico e adequado para que a CONCESSIONÁRIA possa supervisionar a operação e manutenção dos SERVIÇOS, inclusive destinando à CONCESSIONÁRIA espaço adequado no CCO, cuja operação começa a ser compartilhada;
- iii. Manter os níveis mínimos de desempenho, apresentando plano de ação caso os INDICADORES DE DESEMPENHO não sejam atendidos;
- iv. Fornecer as informações mais precisas e fidedignas para que a CONCESSIONÁRIA tenha totais condições de executar as principais atividades da TRANSIÇÃO OPERACIONAL, listadas no item 5, executar treinamentos, e ter amplo e irrestrito acesso aos equipamentos operacionais;

**3.6. Do encerramento da FASE DE TRANSIÇÃO:**

**3.6.1.** O VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá apresentar relatório com sua avaliação da FASE DE TRANSIÇÃO às PARTES e à ARTESP, em até 15 (quinze) dias de antecedência da data prevista para o encerramento da FASE DE TRANSIÇÃO.

**3.6.2.** A ARTESP e a CONCESSIONÁRIA deverão submeter eventuais divergências com relação a avaliação do VERIFICADOR INDEPENDENTE no prazo de até 10 (dez) dias antes do encerramento da FASE DE TRANSIÇÃO.

**3.6.3.** O VERIFICADOR INDEPENDENTE considerará as divergências apontadas pela CONCESSIONÁRIA e pela ARTESP em até 5 (cinco) dias antes do encerramento da FASE DE TRANSIÇÃO.

**3.6.4.** Após eventual adequação da avaliação pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, e obtida APROVAÇÃO da ARTESP para início da FASE DE OPERAÇÃO, as PARTES lavrarão o TERMO DE TRANSFERÊNCIA e ou TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA DE TRAVESSIAS METROPOLITANAS, o que marca o término da FASE DE TRANSIÇÃO

**4. ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA**

**4.1.** A ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA corresponde a um período de 3 (três) meses contados do encerramento da a FASE DE TRANSIÇÃO e tem como objetivo assegurar que a CONCESSIONÁRIA:

**PROCESSO Nº 378.00000120/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-005/2025**  
**Concessão do Sistema de Travessias**

- i. Possua capacidade para assumir a operação e manutenção de forma definitiva, bem como todas as suas responsabilidades e riscos atreladas a esta atividade;
- ii. Receba a devida transferência de conhecimento da SEMIL e da EMAE, e aprimore seus conhecimentos e capacidade de executar as funções objeto do CONTRATO com o devido quadro de profissionais qualificados para tal;
- iii. Possua capacidade técnica e operacional necessárias para a plena operação do SISTEMA DE TRAVESSIAS.

**4.2. Durante a ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, a CONCESSIONÁRIA deverá:**

- i. Com quadro de profissionais adequado e com a devida qualidade e quantidade, assumir de forma imediata todos os custos e despesas operacionais necessários para manter o nível de serviço conforme definido no ANEXO 8, assim como terá direito ao recebimento da RECEITA TARIFÁRIA e da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, conforme CONTRATO, assumindo todas as responsabilidades e riscos do objeto do CONTRATO;
- ii. Destinar local específico e adequado para que a SEMIL e a EMAE, caso aplicável, possam supervisionar a operação e manutenção do SERVIÇO, em até 15 (quinze) dias, inclusive destinando espaço no CCO;
- iii. Reembolsar os custos dos funcionários indicados pela SEMIL relacionados à ETAPA OPERAÇÃO ASSISTIDA antes do término desta fase;
- iv. Apresentar comprovação de contratação de SOCIEDADE CLASSIFICADORA;
- v. Trazer as devidas evidências do cumprimento de todas estas obrigações listadas acima para avaliação do VERIFICADOR INDEPENDENTE;

**4.3. A SEMIL e a EMAE, caso aplicável, terão as seguintes atribuições durante a ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA:**

- i. Assistir a operação e a manutenção da CONCESSIONÁRIA, inclusive tendo acesso direto ao local específico dentro do CCO da CONCESSIONÁRIA;



**PROCESSO Nº 378.00000120/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-005/2025**  
**Concessão do Sistema de Travessias**

- ii. Promover a transferência de informações, experiências e instruções para que a CONCESSIONÁRIA possa absorver e assimilar todo conhecimento necessário à operação das travessias.

**4.4.** Durante a ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, a ARTESP deverá garantir a transição adequada e a convivência com demais entes envolvidos na prestação dos SERVIÇOS.

**4.5.** Do encerramento da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA:

**4.5.1.** O VERIFICADOR INDEPENDENTE (i) aferirá mensalmente os INDICADORES DE DESEMPENHO da CONCESSIONÁRIA, enviando cópia para as PARTES e a ARTESP; e (ii) realizará pesquisa de satisfação indicando o grau de satisfação dos colaboradores da CONCESSIONÁRIA com a capacitação da SEMIL e da EMAE, caso aplicável,

**4.5.2.** Independentemente do envio mensal de informações e conforme previsto no CONTRATO, o VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá consolidar os dados aferidos durante a ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA para elaborar relatório consolidando o desempenho da CONCESSIONÁRIA no período.

**4.5.3.** O relatório mencionado no item acima deverá ser objetivo e consolidar as informações do período, incluindo seção específica para avaliar a evolução do desempenho da CONCESSIONÁRIA ao longo dos meses e outra para comparar o desempenho da CONCESSIONÁRIA com os INDICADORES DE DESEMPENHO REFERENCIAIS, sem prejuízo das demais disposições do ANEXO 8.

**4.5.4.** A CONCESSIONÁRIA deverá solicitar a APROVAÇÃO da ARTESP quanto ao cumprimento de todas as obrigações relativas à ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, em até 20 (vinte) dias do final da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA.

**4.5.5.** Mediante justificativa técnica formal, após 60 (sessenta) dias do início da FASE DE OPERAÇÃO, a CONCESSIONÁRIA poderá solicitar a conclusão antecipada da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, comprovando o cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO e a conclusão das obrigações contratuais, especialmente das ações prioritárias indicadas no item 5.2 deste ANEXO.

**PROCESSO Nº 378.00000120/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-005/2025**  
**Concessão do Sistema de Travessias**

**5. TRANSIÇÃO DA MANUTENÇÃO**

A ARTESP dará acesso à CONCESSIONÁRIA aos ativos constantes do ANEXO 2: ESTALEIROS, FLUTUANTES, EMBARCAÇÕES, todas as instalações físicas, equipamentos, sobressalentes, equipamentos de manutenção, ferramentas especiais, documentação de projeto e manutenção etc. para avaliação e reconhecimento da CONCESSIONÁRIA e elaboração do inventário pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, quando da emissão do TERMO DE TRANSFERÊNCIA e TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA DE TRAVESSIAS METROPOLITANAS.

A CONCESSIONÁRIA receberá os ativos no estado em que se encontram.

**5.1. AVCB's**

**5.1.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá renovar o AVCB nº 646979, relativo às oficinas de São Sebastião, bem como obter os novos AVCB das reformas de terminais e oficinas e das instalações dos novos terminais de passageiros.

**5.1.2.** A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar atestado(s) de Brigada de Incêndio, nos termos da Instrução Técnica nº 01/2019 (Procedimentos Administrativos – Anexo “J”) e da Instrução Técnica nº 17/2014 (Brigada de Incêndio), ambas do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo; e (ii) substituir a(s) Brigada(s) de Incêndio instituída(s) pela SEMIL, até o final da FASE DE TRANSIÇÃO.

**5.2. Ações prioritárias**

**5.2.1.** As ações prioritárias deverão ser realizadas pela CONCESSIONÁRIA imediatamente após o encerramento da FASE DE TRANSIÇÃO, visando a disponibilização de melhorias imediatas na operação e manutenção dos SERVIÇOS.

**5.2.2.** As ações prioritárias serão precedidas de Estudos e Projetos relativos ao conjunto de Reformas de Instalações e Novos Terminais de Passageiros, e deverão observar, integralmente, o disposto no CONTRATO e o no ANEXO 3C, sem prejuízo de demais dispositivos cabíveis.

**5.2.3.** Dentre as ações prioritárias destacam-se, sem prejuízo de outras previstas no ANEXO 3A, as listadas a seguir:

**PROCESSO Nº 378.00000120/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-005/2025**  
**Concessão do Sistema de Travessias**

**5.2.3.1. Conexão com Rede Pública de Esgotos**– Solicitar e efetivar a conexão junto ao prestador dos serviços de saneamento básico de todos os TERMINAIS que atualmente não estejam conectados à rede do prestador.

**5.2.3.2. Acessibilidade** – Adequações das instalações atuais de Acessos de Passageiros conforme exigências da ABNT NBR 9050:2015;

**5.2.3.3. Reparos Pontuais** – intervenções essencialmente em paredes e vedações, nos pisos e revestimentos de locais críticos, pintura interna/externa, forros, coberturas, reparos de hidráulica e elétrica, em esquadrias e equipamentos diversos.

## **6. TREINAMENTOS**

### **6.1. Treinamento técnico operacional**

**6.1.1.** Esta etapa terá duração de 45 (quarenta e cinco) dias a contar do início da FASE DE TRANSIÇÃO. Tal prazo poderá ser prorrogado, por acordo entre a CONCESSIONÁRIA, o ARTESP e a SEMIL, de forma a atender os interesses mútuos e ao interesse público;

**6.1.2.** A SEMIL entregará à CONCESSIONÁRIA os manuais de operação disponíveis, bem como aqueles recebidos dos fabricantes, durante esta etapa, no prazo fixado. A transferência deste material poderá ser feita em documentos impressos, em mídia eletrônica ou ambos, conforme disponibilidade;

**6.1.3.** A SEMIL transferirá o conhecimento operacional à CONCESSIONÁRIA através de reuniões técnicas com empregados qualificados indicados pela CONCESSIONÁRIA, que terão a responsabilidade de capacitar os demais empregados da CONCESSIONÁRIA. O treinamento operacional terá por objeto: telecomunicações, eletrônica, elétrica, eletromecânicos, mecânica e automação. O treinamento será ministrado na língua portuguesa;

**6.1.4.** O conhecimento a ser transferido deverá subsidiar os técnicos da CONCESSIONÁRIA quanto à operação dos equipamentos em si. A interação operacional ou a aplicação de estratégias operacionais deverão ser definidas pela CONCESSIONÁRIA.

**PROCESSO Nº 378.00000120/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-005/2025**  
**Concessão do Sistema de Travessias**

**6.1.5.** O cronograma de execução desta etapa deverá ser acordado entre as equipes das gerências de operação e de manutenção da SEMIL, da CONCESSIONÁRIA e ARTESP, respeitando os prazos de cada sistema e, quando houver, o sequenciamento obrigatório da execução.

**6.2. Treinamento técnico de manutenção**

**6.2.1.** Esta etapa terá duração mínima de 60 (sessenta) dias, devendo ser finalizado antes do início da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA;

**6.2.2.** A SEMIL entregará à CONCESSIONÁRIA manuais de manutenção disponíveis, bem como aqueles recebidos dos fabricantes, durante esta etapa, no prazo fixado. A transferência deste material poderá ser feita em documentos impressos, em mídia eletrônica ou ambos, conforme disponibilidade;

**6.2.3.** A SEMIL transferirá o conhecimento básico de manutenção à CONCESSIONÁRIA através de reuniões técnicas e treinamento de empregados qualificados indicados pela CONCESSIONÁRIA, que terão a responsabilidade de capacitar os demais empregados da CONCESSIONÁRIA. O treinamento será ministrado em língua portuguesa;

**6.2.4.** O conhecimento, baseado nos manuais de manutenção dos fornecedores de propriedade da SEMIL, será transferido de forma a orientar/treinar os empregados indicados pela CONCESSIONÁRIA quanto à manutenção dos equipamentos em si. A organização ou a aplicação de estratégias de manutenção deverão ser definidas pela CONCESSIONÁRIA;

**6.2.5.** Respeitando o prazo definido, a CONCESSIONÁRIA poderá propor cronograma de execução dos treinamentos.

**6.3. Treinamento em campo**

**6.3.1.** Esta etapa terá duração mínima de 60 (sessenta), devendo ser finalizado antes do início da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, envolvendo todas as atividades necessárias à qualificação dos empregados indicados pela CONCESSIONÁRIA para recebimento do treinamento em campo;

**6.3.2.** A CONCESSIONÁRIA deverá ter admitido todo o efetivo que julgar necessário, antes do início desta fase de treinamento, de forma a ter todo o quadro de

**PROCESSO Nº 378.00000120/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-005/2025**  
**Concessão do Sistema de Travessias**

peçoal recém-admitido apto para o treinamento em campo no início da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA;

**6.3.3.** No período de treinamento em campo a CONCESSIONÁRIA acompanha a manutenção da SEMIL, *pari passu*, treinando seu pessoal e tomando conhecimento sobre como se executa a “carteira de serviços” (tarefas de manutenção e programação).

**6.3.4.** Neste período, a CONCESSIONÁRIA toma conhecimento da “carteira de serviços” atual e insere as informações pertinentes no seu Sistema Informatizado de Gestão de Manutenção, no último dia deste período, independentemente de o sistema ter sido homologado.

**6.3.5.** Neste período, caberá à CONCESSIONÁRIA realizar o reconhecimento de todas as instalações, avaliando as condições existentes para a manutenção de sistemas e equipamentos.

#### **6.4. Transferência/Monitoramento**

**6.4.1.** Durante os 90 (noventa) dias da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, todas as atividades de manutenção dos sistemas (manutenções preventiva e corretiva) serão executadas pela CONCESSIONÁRIA, sob supervisão do SEMIL. Nesse período, caberá à CONCESSIONÁRIA a responsabilidade integral pela execução dos serviços de manutenção, incluindo o fornecimento e a aplicação dos materiais necessários à sua realização..

**6.4.2.** Durante a ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, a manutenção será assistida pela SEMIL, que manterá técnicos para acompanhamento das equipes de manutenção da CONCESSIONÁRIA, *pari passu*, para auxiliar e orientar, quando necessário, na execução das atividades de manutenção.

**6.4.3.** No decorrer deste período, deverão ser efetivadas todas as transferências previstas de recursos de manutenção.

#### **6.5. Treinamento aplicado pela CONCESSIONÁRIA**

**6.5.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá ter admitido todo o efetivo que julgar necessário antes do início desta fase de treinamento, de forma a ter todo o quadro de pessoal recém-admitido apto para atuação até o fim da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA.

**PROCESSO Nº 378.00000120/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-005/2025**  
**Concessão do Sistema de Travessias**

**6.5.2.** Esta atividade ocorrerá durante o prazo de 30 (trinta) dias contados a partir do início da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA. Nesta etapa a CONCESSIONÁRIA treinará seu pessoal operativo envolvendo todas as atividades necessárias à operação.

**6.5.3.** Neste período, a CONCESSIONÁRIA toma conhecimento da operação da SEMIL, desenvolve o próprio SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DE OPERAÇÃO e insere as informações pertinentes, até o último dia deste período, independentemente de o sistema ter sido homologado.

## **6.6. Equipamentos**

### **6.6.1. Equipamentos e infraestrutura de informática de gestão**

**6.6.1.1.** Durante a FASE DE OPERAÇÃO ASSISTIDA a CONCESSIONÁRIA poderá fazer uso dos equipamentos de infraestrutura de informática de gestão, instalados e em uso pela SEMIL.

**6.6.1.2.** Durante este período, a CONCESSIONÁRIA deverá providenciar a instalação de sua própria infraestrutura de informática em substituição dos equipamentos da SEMIL.

## **7. PRERROGATIVAS DA CONCESSIONÁRIA A PARTIR DA ASSUNÇÃO DO SISTEMA**

### **7.1. RELATÓRIO DE PASSIVOS AMBIENTAIS EXISTENTES**

**7.1.1.** A CONCESSIONÁRIA terá o prazo de até 1 (um) mês a contar do TERMO DE TRANSFERÊNCIA para a apresentação do RELATÓRIO DE PASSIVOS AMBIENTAIS EXISTENTES, que poderá ter sua elaboração iniciada ainda na FASE DE TRANSIÇÃO, referente aos passivos socioambientais dos TERMINAIS.

**PROCESSO Nº 378.00000120/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-005/2025**  
**Concessão do Sistema de Travessias**

**7.1.1.1.** O RELATÓRIO DE PASSIVOS AMBIENTAIS EXISTENTES terá por objetivo exclusivo a identificação de novos passivos socioambientais não indicados no APÊNDICE 3, ou que deles não decorram, e deverá ser submetido à apreciação da ARTESP ao final do prazo indicado pelo item 7.1.1.

**7.1.1.2.** O RELATÓRIO DE PASSIVOS AMBIENTAIS EXISTENTES deverá ser elaborado conforme as metodologias e os procedimentos preconizados na Resolução Conama no 420/2009, na Norma ABNT NBR 15515-1:2007: Passivo ambiental em solo e água subterrânea – Parte 1: Avaliação Preliminar, bem como na metodologia internacional ASTM E1527 - 00 Standard Practice for Environmental Site Assessments: Phase I Environmental Site Assessment Process, conforme alteradas ou substituídas, considerando minimamente:

- a)** levantamento do histórico dos TERMINAIS;
- b)** auditoria de campo;
- c)** análise de dados e elaboração do modelo conceitual da área; e
- d)** relatório final.

**7.1.1.3.** O RELATÓRIO DE PASSIVOS AMBIENTAIS EXISTENTES deverá apresentar um diagnóstico de áreas potencialmente contaminadas, executando-se o levantamento de informações disponíveis sobre cada um dos TERMINAIS por meio de inspeções de campo, possibilitando:

- a)** levantamento de informações sobre cada área potencial de modo a subsidiar o desenvolvimento das próximas etapas;
- b)** produção de documentação da existência de evidências e ou fatos que levem a suspeitar ou confirmar a contaminação nas áreas em avaliação, possibilitando sua classificação como áreas suspeitas, com indícios de contaminação;
- c)** estabelecimento de modelo conceitual inicial de cada área em avaliação; e

**PROCESSO Nº 378.00000120/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-005/2025**  
**Concessão do Sistema de Travessias**

- d) verificação da necessidade da adoção de medidas emergenciais nas áreas.

**7.1.1.4.** Caso sejam identificados novos passivos deverá ser elaborado laudo técnico individual da evolução de cada ocorrência, o qual deverá ser assinado por profissional competente e com recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, contendo as seguintes informações:

- a) Localização do passivo socioambiental;
- b) Caracterização geral da área, incluindo um mapeamento geológico e geotécnico e de uso e cobertura do solo em escala detalhada (1:1.000);
- c) Descrição geral do tipo de passivo e da situação identificada por meio de levantamento in loco;
- d) Análise temporal da área em estudo, por meio da utilização de imagens de satélite atualizadas e antigas, para fins de comparação;
- e) Resultados de investigações geotécnicas de campo e laboratoriais que venham a demonstrar a situação do local, nos casos em que esse tipo de investigação é aplicável;
- f) Apresentação das soluções para recuperação do passivo ambiental;
- g) Croqui da situação identificada e das soluções propostas para o passivo ambiental; e
- h) Registro fotográfico da situação observada.

## **7.2. RELATÓRIO DE PASSIVOS OPERACIONAIS E ESTRUTURAIS EXISTENTES**

**7.2.1.** A CONCESSIONÁRIA terá o prazo de até 1 (um) mês a contar do TERMO DE TRANSFERÊNCIA para a apresentação do RELATÓRIO DE PASSIVOS OPERACIONAIS E ESTRUTURAIS EXISTENTES, referente aos passivos estruturais e operacionais das EMBARCAÇÕES e dos TERMINAIS.



**PROCESSO Nº 378.00000120/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-005/2025**  
**Concessão do Sistema de Travessias**

**7.2.1.1.** O RELATÓRIO DE PASSIVOS OPERACIONAIS ESTRUTURAIS EXISTENTES terá por objetivo exclusivo a identificação de vícios estruturais e operacionais que comprovadamente não serão remediados pelos INVESTIMENTOS, e deverá ser submetido à apreciação da ARTESP ao final do prazo indicado pelo item acima.

**a)** Não serão passíveis de serem classificados como passivos estruturais e operacionais existentes, os passivos:

- i. cujo endereçamento já é contemplado por obrigações contratuais da CONCESSIONÁRIA, e,
- ii. de fácil identificação, que poderiam ter sido identificados em visita técnica durante a LICITAÇÃO, ou que tenham manutenções corretivas de fácil resolução, não representando risco à segurança estrutural da edificação, tais como passivos de acabamento, fissuras ou trincas superficiais em revestimentos de paredes ou pisos que não comprometam a estrutura, desgaste de pintura ou revestimento, desníveis ou falhas em pisos não relacionados a debilidades estruturais, falhas em portas, janelas ou esquadrias decorrentes de má instalação ou ajustes simples, desgaste natural de materiais de acabamento, como azulejos, cerâmicas e rejuntas, bem como falhas em sistemas de impermeabilização que não tenham resultado em danos estruturais.
- iii. Para o caso de EMBARCAÇÕES, não serão considerados passivos que não impactem a operação como: (i) oxidação superficial sem perda significativa de espessura, (ii) soldas irregulares sem tricas, (iii) portas internas emperrando ou sem vedação perfeita ou (iv) pinturas descascando acima do nível d'água.
- iv. cujo endereçamento possa ser realizado por manutenções de rotina.

**b)** Poderão ser considerados vícios estruturais e operacionais aqueles que não puderem ser observados em vistorias prévias à LICITAÇÃO, por não serem visíveis ou por estarem em lugares não acessíveis.

**PROCESSO Nº 378.00000120/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-005/2025**  
**Concessão do Sistema de Travessias**

- i. A CONCESSIONÁRIA será responsável por todos os custos que se fizerem necessários para confirmar a existência de passivos estruturais e operacionais inclusive exames/ensaios laboratoriais.
- ii. A mera existência de vícios que não representem riscos operacionais, nem impliquem custos adicionais relevantes para a execução das obras, também não serão considerados passivos estruturais e operacionais existentes.

**7.2.1.2.** A CONCESSIONÁRIA deverá providenciar laudos técnicos individuais da evolução para todos os passivos identificados no RELATÓRIO DE PASSIVOS ESTRUTURAIS E OPERACIONAIS EXISTENTES, os quais deverão ser assinados por profissional competente e com recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, contendo as seguintes informações, no mínimo:

- a) localização do passivo estrutural dentro da edificação ou EMBARCAÇÃO avaliada;
- b) caracterização geral da edificação ou EMBARCAÇÃO e do local afetado, incluindo mapeamento das patologias construtivas e condições estruturais;
- c) descrição detalhada do tipo de passivo estrutural e das causas prováveis, identificadas por inspeção visual minuciosa ou exames técnicos;
- d) análise temporal da evolução do problema estrutural, por meio de registros anteriores, relatórios técnicos e monitoramento periódico, caso aplicável, para fins de comparação;
- e) resultados de ensaios laboratoriais e investigações de campo, como análises de resistência de concreto, ultrassom, esclerometria, análise de corrosão, sondagens e levantamento de fundações e demais testes aplicáveis;
- f) apresentação de soluções técnicas para recuperação ou reforço da estrutura, com detalhamento das etapas e tecnologias a serem empregadas;

**PROCESSO Nº 378.00000120/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-005/2025**  
**Concessão do Sistema de Travessias**

- g)** croqui da área afetada, destacando as patologias identificadas, o estado atual da estrutura e as intervenções propostas;
- h)** registro fotográfico das anomalias estruturais observadas, demonstrando detalhes das patologias e o impacto nas condições gerais da edificação;
- i)** justificativa e comprovação de que a solução técnica adotada representa a alternativa mais vantajosa, considerando os aspectos técnicos e financeiros; e
- j)** comprovação de que a adequação do passivo identificado não é sanada com investimentos originalmente exigidos da CONCESSIONÁRIA.

**7.3. PROCEDIMENTO PARA ANÁLISE E APROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE PASSIVOS EXISTENTES**

**7.3.1.** Os apontamentos constantes do RELATÓRIOS DE PASSIVOS AMBIENTAIS EXISTENTES e do RELATÓRIO DE PASSIVOS ESTRUTURAIS E OPERACIONAIS EXISTENTES serão apreciados pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE em até 20 (vinte) dias, contados da data de sua apresentação pela CONCESSIONÁRIA.

**7.3.1.1.** Em caso de solicitação de ajustes, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os ajustes em até 5 (cinco) dias.

**7.3.1.2.** Recebidos os RELATÓRIOS DE PASSIVOS AMBIENTAIS EXISTENTES e do RELATÓRIO DE PASSIVOS ESTRUTURAIS E OPERACIONAIS EXISTENTES ajustados, o VERIFICADOR INDEPENDENTE encaminhará sua manifestação para a ARTESP no prazo de até 5 (cinco) dias.

**7.3.2.** A ARTESP analisará os RELATÓRIOS DE PASSIVOS AMBIENTAIS EXISTENTES e do RELATÓRIO DE PASSIVOS ESTRUTURAIS E OPERACIONAIS EXISTENTES e decidirá a respeito de sua aprovação no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da manifestação conclusiva do VERIFICADOR INDEPENDENTE.

**PROCESSO Nº 378.00000120/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-005/2025**  
**Concessão do Sistema de Travessias**

**7.3.2.1.** Em caso de solicitação de ajustes, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os ajustes em até 5 (cinco) dias.

**7.3.2.2.** Recebidos os RELATÓRIOS DE PASSIVOS AMBIENTAIS EXISTENTES e do RELATÓRIO DE PASSIVOS ESTRUTURAIS E OPERACIONAIS EXISTENTES ajustados, a ARTESP deverá deliberar a respeito de sua aprovação no prazo de 15 (quinze) dias.

**7.3.3.** A aprovação pela ARTESP, total ou parcial, dos RELATÓRIOS DE PASSIVOS AMBIENTAIS EXISTENTES e do RELATÓRIO DE PASSIVOS ESTRUTURAIS E OPERACIONAIS EXISTENTES, na forma do item 7.3.2.2, os converterá automaticamente em, RELATÓRIOS DE VISTORIA APROVADOS ressalvado o disposto no item abaixo.

**7.3.3.1.** Eventuais controvérsias em relação à decisão da ARTESP deverão ser submetidas aos mecanismos previstos no ANEXO 19.

**7.4. EFEITOS DA APROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE PASSIVOS EXISTENTES**

**7.4.1.** Os apontamentos constantes dos RELATÓRIOS DE VISTORIA APROVADOS constituirão EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO, desde que a solução dos passivos não seja possível através de ações originalmente impostas à CONCESSIONÁRIA, nos termos do CONTRATO e seus ANEXOS.

**7.4.1.1.** Caberá reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO somente nas hipóteses de custos relacionados ao gerenciamento dos passivos ambientais existentes, operacionais e/ou passivos estruturais existentes em momento anterior ao término da FASE DE TRANSIÇÃO.

**7.4.1.2.** O reequilíbrio econômico-financeiro dos EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO indicados no item 7.4.1 será realizado na forma das Cláusulas Trigésima e Trigésima Primeira do CONTRATO.

**7.4.2.** Após a implementação do reequilíbrio econômico-financeiro, a CONCESSIONÁRIA não terá nada mais a reclamar sobre os passivos ambientais,

**PROCESSO Nº 378.00000120/2024-87**  
**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI-005/2025**  
**Concessão do Sistema de Travessias**

operacionais e estruturais nas EMBARCAÇÕES e nos TERMINAIS, inclusive aqueles identificados nos RELATÓRIOS DE VISTORIA APROVADOS.

**7.4.3.** A CONCESSIONÁRIA, com base nos RELATÓRIOS DE VISTORIA APROVADOS, deverá propor, em seu PLANO DE INVESTIMENTOS, cronograma para a adequação de todas as não conformidades apontadas.

**7.4.4.** A CONCESSIONÁRIA não poderá sofrer ônus, tais como penalidades contratuais e deduções referentes à mensuração de INDICADORES DE DESEMPENHO, diretamente decorrentes das incorreções constatadas no âmbito dos RELATÓRIOS DE VISTORIA APROVADOS, até que se encerre o prazo estipulado no cronograma estabelecido nos termos do item 7.4.3 acima.

**7.4.5.** Este ANEXO não afasta o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro em favor da CONCESSIONÁRIA em caso de identificação de vício oculto posteriormente à elaboração do RELATÓRIO DE PASSIVOS ESTRUTURAIS EXISTENTES aprovado, desde que se trate de vício oculto caracterizado pelo CONTRATO como de risco do PODER CONCEDENTE

**7.4.5.1.** Serão de risco do PODER CONCEDENTE apenas os vícios ocultos cujo fato gerador seja anterior à assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA e ou do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA DE TRAVESSIAS METROPOLITANAS, desde que devidamente comprovado que referidos vícios não eram passíveis de identificação à época da elaboração do RELATÓRIO DE PASSIVOS ESTRUTURAIS EXISTENTES.